

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT05.005](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT05.005)

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEPÇÃO, SUJEITOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM PERNAMBUCO

Ana Maria Sotero Pereira

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (FPCEUP), Mestra em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte. ana.sotero@upe.br.

RESUMO

É no cenário de crise do Estado e de estratégias de regulação da Educação pelos sistemas de ensino que emerge a Educação do Campo no Brasil, constatando-se que ao mesmo tempo em que o sistema educacional brasileiro busca responder às novas exigências do mercado de trabalho e da sociedade, na tentativa de melhorar os índices de escolarização e formação profissional e mudar o quadro atual da educação, observa-se a tensão entre os interesses governamentais e as reais necessidades dos atores sociais, através da mobilização política e da participação da sociedade, especificamente dos movimentos sociais, na luta pela educação de qualidade e pela garantia do direito à educação. Abordaremos a produção acadêmica e científica de professores, pesquisadores e movimentos sociais e suas contribuições para consolidar a educação do campo, como área científica na graduação e pós-graduação da UPE Campus Mata Norte. As experiências acumuladas no período de 2000 a 2017 no âmbito do PRONERA e da formação de educadores do campo; fomentou a integração entre ensino, pesquisa e extensão; forneceu subsídios teóricos e metodológicos para a elaboração da obra intitulada Educação do Campo: Concepção, Sujeitos e Processos de Formação de educadores em Pernambuco, publicada em 2019, no formato ebook pela Editora da

Universidade de Pernambuco (EDUPE). A obra foi organizada em sete capítulos que se complementam, na qual abordamos diversos temas e problemáticas acerca da educação, direitos humanos e formação de educadores/as do campo no contexto da globalização; a reflexão acerca da construção da política pública de Educação do Campo; a constituição do coletivo estadual de educação como espaço de formação e de organização política, no contexto da luta pela reforma agrária; a construção do currículo intercultural entre os povos indígenas e as relações de poder e o diálogo intercultural na vivência do currículo do curso de Pedagogia da Terra.

Palavras-chave: Educação do Campo, formação de professores, sustentabilidade, interculturalidade, currículo.

INTRODUÇÃO

A problemática da formação de educadores envolve diversos atores, em especial, os educandos, os professores e as instituições do Ensino Superior. As concepções de educação que permeiam os currículos e as práticas educativas revelam uma ideologia e uma intencionalidade políticas que se traduzem em práticas educativas tradicionais ou inovadoras e refletem as subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo em nível local, nacional e global. As instituições formadoras de nível superior, nos últimos anos, têm convergido para modelos de formação baseados nos paradigmas educacionais emergentes, centrando-se nos aspectos técnicos, político-pedagógicos e humanos da formação docente, servindo-se de discursos e narratividades voltados para os pressupostos da globalização e da tecnologia, enfatizando o desenvolvimento de competências e o exercício da cidadania.

Ao considerarmos o Estado enquanto agente regulador e promotor das políticas públicas em educação em todos os níveis e modalidades de ensino, evidencia-se a tensão entre o cognitivo, o conteúdo e as subjetividades não apenas na lógica da inclusão/exclusão social, mas, sobretudo na perspectiva das complementariedades contraditórias. Neste contexto, pensar a formação de educadores do campo requer um olhar sobre os principais atores envolvidos, sobre as suas identidades, subjetividades e práticas, que emergem do processo de formação.

No Brasil, o MST tem sido um dos principais protagonistas na proposição e implantação da política de educação do campo em áreas de Reforma Agrária ao atuar em ações de parcerias e projetos desenvolvidos em espaços públicos, pelo ministério do desenvolvimento agrário em parceria com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa Nacional de educação na reforma Agrária (PRONERA), Instituições de Formação (universidades, escolas agrícolas, escolas básicas) e Secretarias de Educação em nível local e nacional. No cenário político, junto aos seus militantes e na própria sociedade, aliada à luta pela reforma agrária e pelos direitos emergem às reivindicações por educação, saúde, trabalho, terra, dignidade e cidadania.

METODOLOGIA

Uma análise mais teórica e sistemática desse processo de formação de educadores do campo, apoiada nas ciências da educação, na perspectiva da educação como um direito humano e na concepção de educação do campo com base nas diretrizes operacionais para a educação do campo e na lei de diretrizes e bases da educação nacional (Brasil), permite-nos situar a problemática no contexto mais amplo, no âmbito das políticas públicas de formação de professores, em nível local e global, com base na educação do campo enquanto uma pedagogia social emergente, que nos permite repensar o processo de formação em suas lógicas (concepção de educação, organicidade, currículo, saberes científicos, tecnológicos e pedagógicos) e em suas práticas (contextos, dinâmicas e processos de formação, militância política, articulação entre educação do campo e desenvolvimento local, construção de identidades, e práticas educativas sustentáveis).

A busca de um referencial teórico para compreender a problemática da formação dos educadores do campo em suas múltiplas dimensões, a partir do campo empírico, tornou-se assim um dos principais desafios no processo de investigação. A metodologia da investigação foi construída a partir do campo empírico, constituindo-se em pesquisa qualitativa.

A observação participante foi realizada quando, na qualidade de coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia (Pedagogia da Terra), despertamos o interesse sobre as concepções e práticas de formação dos educadores do campo, especificamente como estes se relacionavam com os saberes e construíam identidade e profissionalidade docente. Sob a influência da concepção político-pedagógica do MST os educadores do campo, apropriavam-se dos conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos, ao mesmo tempo em que exerciam novas formas de relação com o saber, com marcas das identidades e subjetividades dos sujeitos do campo, dos saberes científico e cultura acadêmica, na Universidade de Pernambuco.

Na pesquisa documental, partimos inicialmente da análise de documentos oficiais que tinha como foco central a educação como um direito humano, com destaque para o relatório da UNESCO

(2000); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96); As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, e o Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra com ênfase na educação do Campo, do Dossiê MST escola, além dos relatórios do curso, que apresentava uma avaliação do processo de formação inicial dos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A luta pelos Direitos Humanos surge em contraposição à lógica excludente do mercado de trabalho, observando-se diferenças nos países do norte global e do sul global, a exemplo da África e da América Latina que têm sido pouco considerados no direito internacional quando confrontados com os índices de desenvolvimento humano. No que se refere aos direitos individuais e coletivos, observamos a polaridade entre os sujeitos do direito; por um lado o indivíduo enquanto sujeito político e por outro, «o Estado enquanto sujeito jurídico, vale salientar, neste contexto, que « nas últimas décadas a grande maioria da população mundial não aparece nas políticas públicas enquanto sujeito, mas como objeto (SANTOS, 2008)¹. Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, após os anos de 1960, anos da Declaração dos Direitos Humanos, embora tenha-se observado avanços no campo social, de forma concreta, os direitos coletivos não entraram no campo dos Direitos Humanos, sendo, ainda, o Estado a Instituição que representa, regula e implementa políticas públicas com vistas a garantir o que fora proposto nesta Declaração, sendo pertinente compreender o contexto colonialista em que esta foi criada e de que forma, na atualidade o que está proposto é ou foi cumprido. Enquanto agente regulador da sociedade, o Estado tem sido colocado no centro do debate, por um lado enquanto promotor de políticas públicas e sociais e por outro lado, enquanto centralizador das políticas, dos direitos coletivos e individuais e do poder.

¹ Palestra sobre *Direitos Humanos ante os Desafios da Desigualdade Social e da Diversidade Cultural*, proferida no Colóquio Internacional “Desafios aos Direitos Humanos e à Justiça Global: a Luta pela Igualdade e pelo reconhecimento da Diferença”, promovida pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Novembro, 2008.

Diante da diversidade dos povos do campo e da organização da sociedade brasileira, evidencia-se a importância do diálogo e o reconhecimento das semelhanças e diferenças entre os povos do mundo, uma vez que no contexto mundial, as ações de políticas públicas e sociais são observadas e protagonizadas por diversos atores sociais e territórios, em diferentes contextos nos quais se articulam o desenvolvimento local e global, cenário no qual a problemática da educação no contexto da globalização remete-nos a questão da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade, constituindo-se em novos desafios, sujeitos e processos na busca de novos paradigmas que respondam às exigências da contemporaneidade e encontre saídas e perspectivas para a preservação do meio ambiente, a qualidade de vida no planeta, a segurança alimentar, a dignidade humana, o aquecimento global, a sustentabilidade econômica, a ética social, entre outros.

A atuação de organismos internacionais, das organizações não governamentais e dos movimentos sociais, assumem uma proporção mundial, identificando e desenvolvendo ações de intervenção e mobilização social em contextos de exclusão, abandono, exploração do trabalho infantil, trabalho escravo, epidemias, pobreza, miséria, exploração sexual, desemprego e fome em diversos países e territórios, que demandam políticas nacionais e internacionais para o enfrentamento das injustiças sociais, desigualdade, exclusão e contradições da sociedade capitalista. Assim, a defesa dos direitos humanos e a luta por justiça social tornam-se a palavra de ordem da sociedade globalizada em contraposição às políticas públicas neoliberais, que tem como base a perspectiva da inclusão/exclusão e segue a lógica do mercado de trabalho e da sociedade capitalista.

Enquanto problemática emergente, a Educação do Campo, ainda é acompanhada de muitos preconceitos e descrédito na sua relevância e contextualização em nível local, nacional e mundial, onde se faz necessário, compreendemos que existe o espaço e o momento político para pensar a Educação do Campo em suas especificidades, identidades e cidadanias, a qualidade da educação, o perfil e a formação de professores para atuar nestas escolas de forma a contrapor-se à regulação do mercado de trabalho e a lógica da exclusão/inclusão.

No âmbito da formação de professores e da aproximação da Universidade de Pernambuco com os movimentos sociais, foram oferecidas ações de formação inicial, projetos e programas financiados pelo Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)². Destacam-se a formação de monitores para a alfabetização de jovens e adultos (2000 a 2002), e a oferta dos cursos de formação de professores: Curso Norma Médio e Licenciatura em Pedagogia com ênfase na Educação do Campo, mais conhecido como o curso de Pedagogia da Terra (2004 a 2008).

Durante este período, foi possível acompanhar ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, no Campus Mata Norte, onde foram realizados diversos eventos, ações de formação e produções acadêmicas e científicas. A prática da pesquisa na formação de professores, fomentou e resultou em vários artigos científicos, que foram organizados em uma coletânea intitulada “Educação do Campo: Concepção, Sujeitos e Processos de Formação de educadores em Pernambuco”. Esta obra resultou do processo de pesquisa, ensino e extensão no âmbito dos movimentos sociais e do PRONERA e revela as problemáticas e perspectivas da educação do campo em Pernambuco. O livro foi composto por sete capítulos, elaborados por professores, pesquisadores e acadêmicos, nos grupos de pesquisa, artigos científicos, dissertações de mestrado, monografias e trabalhos de conclusão de curso; o que revela o potencial científico das equipes e dos projetos de cursos de formação dos educadores do campo.

No primeiro capítulo, SOTERO, A.M.P aborda a educação, direitos humanos e formação de educadores/as do campo no contexto da globalização, a partir da luta dos movimentos sociais e do Movimento por uma educação do campo no Brasil, na qual se evidenciam sujeitos e processos de formação (os movimentos sociais, o Estado, as instituições formadoras, os educadores e os povos do campo), no âmbito das políticas públicas e seus impactos em nível

² Este capítulo sintetiza o resultado do trabalho realizado durante 10 anos, em ações integradas de pesquisa, ensino e extensão, no âmbito da formação de educadores do campo; em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A publicação do ebook, foi aprovada em edital de fomento da editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE) em 2019.

local, nacional e internacional. Destaca ainda a relação entre educação e sustentabilidade e o educador do campo enquanto agente de desenvolvimento local.

No segundo capítulo intitulado educação do campo e os desafios da educação da classe trabalhadora, Rubineuza Souza apresenta uma reflexão acerca da construção da política pública de Educação do Campo, tomando por base o alijamento dos sujeitos do campo e das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que analisa que a precariedade dessa educação era a condição da oferta a essas populações. Analisa também, como os sujeitos do campo ao fazer a luta pela terra ressignifica seu projeto educativo buscando alterar a forma e conteúdo dessa educação.

No terceiro capítulo intitulado o coletivo estadual de educação e a formação de educadores/as do campo em Pernambuco; Flávia Silva e Ana Pessoa apresentam um breve histórico da constituição do coletivo estadual de educação como espaço de formação e de organização política, no contexto da luta pela reforma agrária. Destacam os sujeitos do processo e a criação de frentes de trabalho como estratégias para a construção de uma política de educação do campo e formação de professores no contexto local.

No quarto capítulo, Jeane Costa vem dialogar com o leitor sobre as Relações de poder e o diálogo intercultural na vivência do currículo do curso de Pedagogia da Terra, assim denominado pelo Movimento dos Sem Terra (MST) na Universidade de Pernambuco no tocante aos cursos realizados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com a Universidade de Pernambuco, UPE – Campus Mata Norte em 2004-2008, com parcerias entre as instituições; UPE/ Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco/ IAUPE e direção estadual do MST/PE, especificamente pelo setor de educação em Pernambuco.

No quinto capítulo, Fátima França investiga as práticas educativas curriculares interculturais no âmbito dos encontros de formação continuada de professores indígenas (BRASIL, 2005a e b). Analisa a complexa relação entre currículo e identidade cultural, da qual faz parte a dimensão individual e coletiva dos indivíduos

(FREIRE, 2004); nas pesquisas sobre currículo intercultural (SILVA & MOREIRA, 10 1995; FLEURI, 2003), dentre outros.

A pesquisa aponta que, na construção do currículo intercultural entre os povos indígenas, estão presentes os desafios de assegurar a identidade e a história dos povos; evitarem adequações de políticas; superar a intenção integracionista/assimilacionista; assegurar o currículo mínimo nacional e garantir, através da educação escolarizada o acesso ao uso-fruto dos bens socialmente produzidos. Por fim, constata que esses pressupostos se subordinam a normas, regulamentos e procedimentos administrativos que se inserem no sistema educacional estadual de Pernambuco, resultando num paradoxo entre as políticas públicas educacionais e a escola desejada pelos povos indígenas.

No sexto capítulo, Maria do Carmo Barbosa analisa a exploração do pensamento histórico dos camponeses realizada e desenvolvida nas escolas do campo e sua implicação teórico-prática. O estudo teve como objetivo conhecer o modo como os professores e os alunos ligados ao MST pensam o ensino de História, diagnose que serviu de base para o estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em História da UPE, Campus Mata Norte.

O estudo revela que a seleção de conteúdo e o conhecimento histórico do professor são os aspectos mais controversos do ensino de História, pois pode fazer entrar os valores históricos do professor e mesmo dos textos utilizados em conflito direto com os valores dos educandos, considerando que a terra é um sonho que provoca o imaginário dos camponeses despossuídos, que em certa medida, pode justificar a condição para a adesão aos movimentos sociais, desses sujeitos, resultando em organização e formação de movimentos como o MST (Movimento dos Sem Terra) e consequentemente, choque de valores com aqueles que possuem outro imaginário.

Por fim, o sétimo e último capítulo, foi elaborado coletivamente por Rosa Rodrigues, professora da disciplina estágio supervisionado, em parceria com os alunos da turma de Licenciatura em Pedagogia da UPE – Campus Mata Norte. Aborda a articulação entre teoria e prática na construção dos saberes docentes e na aproximação com o campo de estágio. As vivências e as práticas contextualizadas e interdisciplinares possibilitaram um olhar crítico e reflexivo acerca

da articulação entre teoria e prática na formação dos educadores do campo. O texto registra a construção da identidade docente e a importância da ludicidade na educação do campo.

Diante desta vasta produção científica e acadêmica; e da construção da educação do campo enquanto área de conhecimento científico na Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, no âmbito do PRONERA resta-nos convidar os/as leitores/as a conhecer a concepção, sujeitos e processos da formação dos educadores do campo em Pernambuco, a partir da vivência coletiva, da construção de saberes e das relações interculturais que se estabelecem na prática de formação de professores e das ações coletivas entre os movimentos sociais, o Estado e as instituições formadoras no âmbito da educação e das políticas públicas.

Faz-se necessário pensar a formação docente a partir da compreensão de diferentes contextos e culturas, considerando os novos paradigmas, entre eles o tecnológico e a educação do campo, situando o(a) educador(a) enquanto sujeitos reflexivos, pesquisadores e produtores de conhecimento. Formar o professor, requer rever não só a questão da qualidade do ensino e da oferta dos cursos de formação de professores, como também investir na melhoria das condições de formação e no processo de formação inicial, e continuada de professor, perspectivando o educador/a do campo enquanto agente de desenvolvimento local, o que nos leva a destacar que a questão da formação de professores apresenta alguns desafios, os quais abordaremos a seguir.

Um primeiro desafio que se coloca é a necessidade de compreender o significado e a dimensão política da Educação do Campo no contexto atual. Pensar em ser educador ou educadora do campo implica em quebrar paradigmas, romper preconceitos, investir na sua formação pedagógica e política. Assumir a luta pela educação libertadora, aliada a um projeto coletivo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, visando a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável. Para concretizar esta escola, faz-se necessário, respeitar a diversidade dos povos do campo, conhecer sua identidade e considerar a subjetividade de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos que vivem no e do campo. É compreender que o campo é um espaço de conflito devido à política econômica do país e do processo de globalização da economia,

onde uma minoria detém o poder porque possui terras, equipamentos, capital, conhecimento, tecnologias da produção, da informação e da comunicação, além da força política para manter a hegemonia, as desigualdades sociais e a exploração do trabalhador.

Contraditoriamente o campo também é um espaço de vida, de produção, de felicidade e de cultura e é nessa perspectiva que se coloca o desafio de educar. Ser educador e educadora do campo pressupõe uma postura política, na medida em que o ato de educar não é neutro, pois existe uma intencionalidade no projeto pedagógico das escolas, que extrapola o espaço geográfico e territorial, mas que se diferenciam no perfil de cidadão que esta escola pretende formar, nas concepções de educação presentes em nossa prática, na subjetividade e na identidade de todos os que compõem a escola: pais, alunos, professores, gestores, comunidade e o Poder Público Estadual, Municipal e Federal.

Neste cenário, a formação de educadores e educadoras do campo, para atuar com os povos do campo e, em áreas de reforma agrária pressupõe uma identidade de classe e uma intencionalidade política na medida em que o docente estará comprometido, desde o momento em que faz a opção pelo curso de Licenciatura, com a classe trabalhadora, com os povos do campo, das florestas, com agricultores e agricultoras, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, mulheres quebradoras de côco, seringueiros, entre tantos povos excluídos da sociedade capitalista e que produzem, com a sua força de trabalho, as riquezas e os alimentos para o desenvolvimento do nosso país. É nessa perspectiva que a escola do campo se diferencia e cria sua própria identidade, uma vez que sua proposta pedagógica deve estar inserida no contexto de luta dos movimentos sociais e das instituições parceiras na construção de um projeto de Educação socialista que possui suas especificidades na medida em que diferencia o perfil do educando e educanda que se pretende formar, com base numa concepção progressista e humanista de educação, que reflete a forma como esta abordagem educacional concebe o homem, o mundo, a sociedade, a escola, a cultura, o processo ensino-aprendizagem, o método, a avaliação, o planejamento, a gestão e o currículo.

A intencionalidade política no processo de formação docente revela-se no conteúdo desta própria formação, os currículos dos

cursos de formação de professores nas universidades refletem por um lado a influência dos organismos internacionais e do mundo do trabalho a exemplo das orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Banco Mundial, do mercado de trabalho, da pedagogia das competências, entre outros. Por outro não podemos ignorar a necessidade de formar um educador que possa enfrentar esses desafios, mas sobretudo se contrapor a essa lógica da globalização, neste sentido é preciso articular as exigências do mundo do trabalho às demandas e identidades dos movimentos sociais que cada vez mais ocupam espaços no âmbito das políticas públicas, apresentando demandas e contribuições em todos os níveis. É preciso que estas competências sejam vistas como um ponto de partida e não de chegada, pois almejar formar educadores do campo com base nas exigências do mercado de trabalho e da sociedade capitalista seria reproduzir as desigualdades sociais, a educação tradicional e conteudista, com ênfase nos resultados e não no processo de formação humana.

Embora tenhamos avançado no debate e na implementação de ações no que se refere à concepção e à construção da Política de Educação do Campo, a exemplo dos discursos políticos oficiais postos pelas instituições públicas destacarem o respeito à identidade e subjetividade dos povos do campo, faz-se necessário destacar que estas conquistas são o resultado da mobilização política dos povos do campo e o protagonismo do MST como movimento legítimo que conhece, propõe, critica, se contrapõe, luta, se expõe e exige que o Estado assuma suas responsabilidades e respeite a identidade e subjetividades dos povos do campo, do direito à Terra, à Humanidade, à Cidadania e à Dignidade.

Foi no contexto de luta, de pressão popular e de mobilização dos movimentos sociais, que foram elaboradas e publicadas as Diretrizes Operacionais para a educação básica do campo (resolução CNE/ceb nº 1, de 3 de abril) em 2002, que representa o compromisso do Estado com os movimentos sociais e a Educação do Campo no Brasil. A concepção de educação do campo, concebida pelos diversos atores sociais, distingue de forma clara o conceito de campo e rural em contraposição ao conceito urbano centrado de educação, ao destacar:

A educação do campo, tratada como Educação Rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, neste sentido, mas do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana. Assim focalizada, a compreensão do campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidencia de conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país. (Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo, 2002, p. 4-5).

Com base nas diretrizes operacionais para a educação do campo, a proposta que emerge da parceria entre a universidade e os movimentos sociais, através de um processo dialógico e intercultural, tem por objetivo a formação de educadores e educadoras do campo, numa perspectiva crítica que tem por referência as bases conceituais de uma Educação Humanista e Progressista, onde seja possível conhecer, analisar, criticar e transformar a realidade numa dimensão ética e coletiva, tomando a educação como um direito humano, problematizando a realidade social, reconhecendo as desigualdades, provocando a inquietação, a busca de superação dos limites e o compromisso com a melhoria da qualidade de vida para todos. Para enfrentar este desafio, a formação inicial e continuada dos educadores e educadoras do campo deve considerar a dimensão ética, política e pedagógica, e considerar os educadores e educadoras enquanto sujeitos e protagonistas da Construção das Escolas do Campo, tomando como novo paradigma a mudança de concepções onde é necessário superar o conceito de diferente e implementar uma proposta de escola alternativa, inserida no contexto de luta pela Reforma Agrária e por um novo projeto de sociedade, que supere a lógica de desigualdade social imposta pelo processo de globalização e pela política neoliberal da sociedade capitalista. Assim, as Escolas do Campo trazem como concepção

pedagógica a formação política dos sujeitos do campo, o resgate da cidadania, e a Educação enquanto direito de todos e dever do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise da sociedade capitalista coloca, por um lado a problemática da inclusão/exclusão, diante da qual, o paradigma neoliberal, tem sido utilizado como saída política e econômica para a globalização da economia onde novas relações de produção se estabeleceram, evidenciando novas formas de regulação do Estado, principalmente no âmbito das Políticas Públicas, econômica e social. O cenário mundial tem gerado mecanismos de exclusão cada vez mais fortes, baseados na concentração de renda, na exploração do trabalho, no livre comércio entre as nações e na divisão da população mundial em grandes blocos de países que se diferenciam pelo poder econômico e político em nível mundial, características da globalização que refletem nas políticas públicas através do discurso da democracia, da descentralização e da autonomia. Nesta perspectiva, a lógica que move o mundo globalizado é da exclusão, da livre negociação, da falsa ideia de autonomia e democracia que revela a retirada do Estado do Bem Estar e impõe a política do Estado Mínimo³ (GENTILLI e SILVA, 1994; FRIGOTTO, 1995).

O processo de globalização da economia tem repercutido significativamente nas relações de produção e no perfil do cidadão para atender às exigências do mercado de trabalho no mundo atual, onde o grande desafio que se coloca é a necessidade de formar o cidadão para novas relações de produção na sociedade tecnológica. Enquanto tendência global, o paradigma da inclusão/exclusão social está relacionado à lógica do capital e do mercado de trabalho, e embora mantenha suas especificidades em nível nacional, em diversos países, observa-se o surgimento de novas relações

3 Em nível global e local, a Política Neoliberal, ao mesmo tempo em que anuncia a descentralização das políticas sociais, entendidas como ações concretas que visem a melhoria da qualidade de vida da maioria da população, incluindo o investimento dos recursos financeiros, por outro lado mantém ações e mecanismos de controle e avaliação dessas políticas, atribuindo ao Estado o papel de regulador e centralizador no campo das políticas econômicas e sociais.

no campo de trabalho, na sociedade, na economia, na política e na educação com o protagonismo de diferentes atores e em diversos cenários. Isto implica em repensar o perfil do trabalhador e novos desafios são postos à educação do futuro.

O novo cenário educacional traz à tona a discussão sobre os diversos aspectos que envolvem o objeto de estudo do saber e do fazer pedagógicos: o processo educativo em suas dimensões sociais, multiculturais, cognitivas e epistemológicas, evidenciando a necessidade de uma discussão mais profunda sobre as instituições que formam os educadores e as concepções de educação que norteiam tal processo.

Assim, o processo de formação docente deverá contemplar também os princípios da ética e da autonomia e a construção de práticas contextualizadas que desenvolvam competências e habilidades numa perspectiva interdisciplinar. Tais mudanças implicam na necessidade de preparar o professor para criar e lidar com novas situações de aprendizagem que integram os elementos das ciências e tecnologia, o domínio de áreas específicas do conhecimento, bem como desenvolver uma nova postura diante do processo ensino-aprendizagem. O professor deverá atuar como mediador no processo de construção do conhecimento e também como pesquisador, que deve considerar o saber sistematizado pela ciência e o saber empírico, próprio da vivência e das experiências de vida dos sujeitos em diferentes contextos.

É preciso reafirmar sua identidade, subjetividade e cultura, considerando que os povos do campo possuem um projeto próprio de desenvolvimento local sustentável, de Educação e de país. Ao abordar/refletir a formação de educadores em contextos mais amplos, do local ao global, é necessário considerar os contextos, analisar os espaços e os territórios como terreno de resistência às exigências do mercado de trabalho e como terreno fecundo de práticas educativas que ajudem a repensar criticamente a escola e os professores que nela atuam, como algo que pode ser portador de futuro e de desenvolvimento. A Educação do Campo não pode ser tratada enquanto questão periférica, localizada e isolada do que acontece no mundo, muito menos a formação de educadores do campo face à crise da sociedade capitalista.

A questão da Educação do Campo no Brasil situa-se em diferentes espaços e níveis e envolve diversos atores sociais, especificamente quanto aos contextos de formação, as estratégias de regulação da Educação pelo sistema de ensino e o papel desenvolvido pelo Estado com relação ao desenvolvimento do Campo, onde o Estado lança um olhar para o local e o território considerando-os como espaços pertinentes para a formulação de respostas aos problemas educativos. Ao abordar a Educação do Campo no Brasil, partimos de uma reflexão sobre a educação e o desenvolvimento local, a nossa referência do local é o campo, enquanto espaço de luta, de conflitos, contradições e potencialidades.

Nesta direção vale destacar que a Concepção de Educação do Campo, foi construída a partir das lutas dos sujeitos do campo, com a participação de diversos setores da sociedade, destacando-se os movimentos sociais do campo, as organizações não governamentais e as instituições formadoras, que pressionaram o Estado para a formulação de políticas públicas que considerassem as identidades e subjetividades dos povos do campo. Situada no interior das políticas públicas de educação especificamente a partir da década de 1990, a Educação do Campo foi colocada no centro do debate político, social e educativo, período em que os movimentos sociais protagonizaram lutas no campo da Reforma Agrária, na qual estavam associadas outras reivindicações dos povos do campo.

Assim, foram postas no cenário político local, nacional e internacional, da desigualdade social, da inclusão/exclusão, da sustentabilidade do campo, a saúde, as condições de sobrevivência das famílias camponesas, a agricultura familiar e a criação de condições dignas de sobrevivência como forma de garantir a permanência dos povos do campo em suas terras (quilombolas, índios, ribeirinhos, povos das florestas, pescadores, agricultores trabalhadores Sem Terra, mulheres quebradoras de côco, atingidos por barragens), entre tantos povos que vivem em situação de pobreza e de exclusão social face ao sistema capitalista e ao processo de globalização que tem repercussão nas diversas esferas de poder e na sociedade.

Por outro lado, os povos do campo têm revelado formas próprias de conceber o trabalho, a vida e as relações sociais, partindo de um novo modelo de organização que se contrapõe a lógica da

sociedade capitalista. Uma questão fundamental é o fato de que as políticas educativas, embora tenham apresentado avanços no âmbito de ações de formação de professores, da democratização do acesso à educação, da melhoria da qualidade do ensino e infraestrutura dos espaços educacionais.

Os referenciais teóricos que fundamentam o processo de formação, nas últimas décadas, destacam a escola como espaço único e privilegiado de práticas educativas e, portanto, da educação, da formação e da prática docente. A visão reducionista com que as políticas públicas de formação de educadores concebem e conduzem tal processo, ignoram diferentes povos, suas identidades e subjetividades, contextos e espaços educativos, reforçando um modelo de formação ultrapassado que não qualifica os professores para lidar com diferentes culturas e situações de aprendizagem em ambiente multicultural.

O protagonismo dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra, aponta para a perspectiva do exercício da democracia e da cidadania no contexto da crise do Estado e da Globalização. Neste cenário os Movimentos sociais têm pressionado o Governo e as Instituições Públicas, em especial as Universidades no sentido de assumir e desenvolver ações de políticas públicas que considerem as demandas, a cultura e a identidade camponesa, provocando o diálogo com as diferenças. É preciso considerar a educação do campo situada num contexto inter e multicultural, complexo, (MORIN, 2000) que revela as lutas de classes e sociais pelos direitos humanos, dignidade, condições de vida, participação política nas tomadas de decisões e construção das políticas públicas que considerem as concepções e práticas que se desenvolvem nesses diferentes contextos em suas especificidades, tensões, contradições, avanços e perspectivas de uma mudança de paradigma que considere o campo como espaço de lutas, mas também de alternativas para o desenvolvimento sustentável local e global.

Nesta perspectiva, a educação multicultural, a educação para a cidadania, a educação como Direito Humano, a necessidade da conscientização, a educação libertadora, são concepções que permeiam a educação do campo e que abordam o saber e o fazer pedagógicos como objeto de estudo da própria prática, pois este materializa as concepções e os desejos dos atores envolvidos, uma

vez que é a partir da vivência de práticas educativas contextualizadas em espaços escolares e não escolares, que educadores(as) e educandos(as) se reconhecem, produzem o conhecimento e desenvolvem ações pedagógicas que trazem em si, subsídios para a reflexão e ação pedagógica.

Com base no exposto, fica evidenciado que o estudo da educação do campo no contexto atual, deve considerar a formação, a prática docente, a escola, os diferentes espaços e contextos educativos, a sociedade e a produção do conhecimento em nível local, nacional e global. No que se refere ao direito às escolhas, compreende-se que ao optar pelo curso de licenciatura em Pedagogia, com ênfase na educação do campo é necessário que o processo de formação contemple as identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos, promovendo o diálogo intercultural e propicie novas relações com os saberes (científico, teórico, empírico) que permitam aos educadores/as em formação refletir e perceber que a identidade profissional é permeada pela identidade individual e coletiva e considera o direito às raízes na medida em que lança desafios e perspectivas acerca dos contextos, dos conhecimentos e das trajetórias de formação.

Discutir as concepções de educação presentes na formação e da prática dos professores do campo leva-nos a refletir sobre os modelos de formação que por um lado preconizam o desenvolvimento de competências e habilidades face às mudanças no mundo do trabalho e exigência da sociedade capitalista e por outro lado a necessidade de garantir uma formação humana que seja crítica, reflexiva e sensível a questão da sustentabilidade e da preservação da vida no planeta, ou seja formação de sujeitos de direitos que tenha voz e vez nas políticas públicas locais, nacionais e globais.

Diante desse quadro é fundamental pensar a formação docente a partir da compreensão de diferentes contextos e culturas, considerando os novos paradigmas, entre eles o tecnológico e a educação do campo, situando o(a) educador(a) enquanto sujeitos reflexivos, pesquisadores e produtores de conhecimento. Neste contexto, formar o professor, requer rever não só a questão da qualidade do ensino e da oferta dos cursos de formação de professores, como também investir na melhoria das condições de formação e no processo de formação inicial, e continuada de professor, perspectivando

o educador/a do campo enquanto agente de desenvolvimento local. Vale salientar que o Brasil é um país em desenvolvimento, multicultural, com diferenças regionais e possui suas especificidades, nesta perspectiva o fazer e o saber pedagógicos devem ser mediados pelo diálogo entre as diferenças, considerando contextos, culturas e visão de mundo que envolve professores e alunos numa relação dialógica, política e ideológica (FREIRE: 1987; 1996, 2003).

O que temos observado nos cursos de formação de educadores, de forma geral, tem sido a fragmentação do saber e do fazer pedagógicos, como também a necessidade de qualificar os docentes universitários (professores formadores) tanto do ponto de vista teórico, como propiciando a estes um contato mais próximo com os espaços pedagógicos onde estes docentes irão atuar: escola, comunidade, contexto da zona urbana e rural, campo e cidade, ou seja, é necessário que o professor conheça a realidade para a qual está formando os seus alunos, como também é importante a sua identificação com o perfil de educador que pretende formar, uma vez que a riqueza da prática pedagógica reside na possibilidade de partindo do processo de construção do conhecimento e da gestão de classe, o educador tomar o próprio processo de formação e os aspectos que o envolvem como objeto de reflexão e investigação contínua, alimentando a própria prática, considerando a sala de aula e os cursos de formação de educadores como espaço de pesquisa permanente, numa perspectiva interdisciplinar.

Diante da problemática apresentada, podemos destacar que; os cursos de formação de professores devem contemplar as dimensões humanas, política, ética, ideológica, técnica e pedagógica, na perspectiva de que o educador articule em sua prática, os conhecimentos teóricos, próprios do processo de formação com as exigências da prática. Espera-se que a prática docente seja vivenciada durante o processo de formação, contribuindo para a construção do conhecimento do aluno através da articulação teoria-prática, considerando suas experiências, sua vivência e sua cultura, partindo do direito às escolhas e durante o processo de formação ao considera as identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos, refletir acerca do direito às raízes através do diálogo intercultural. O processo de formação de educadores tanto do campo quanto da cidade, deve ser ancorado pela epistemologia

humanista e progressista da educação, pela prática interdisciplinar e contextualizada, a partir da problematização da realidade e da contextualização do currículo, considerando os princípios da ética, da autonomia, sem perder de vista a identidade, a cultura e a subjetividade dos sujeitos e o perfil do cidadão que se pretende formar e para qual sociedade.

Neste cenário cabe às instituições formadoras, especificamente às universidades uma grande responsabilidade no sentido de ser um pólo em que converge diversos saberes, culturas, o conhecimento científico e as aprendizagens a partir das interações entre diferentes povos e culturas. É preciso abertura, diálogo, construção coletiva e recursos para a promoção de ações de formação de educadores sensíveis à problemática social, a luta de classe, as desigualdades, os direitos humanos, sustentabilidade e a produção científica, investindo em ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a sensibilização de diversos setores sociais e divulgação dos saberes produzidos em parceria por diversas representações da sociedade: as instituições formadoras, as escolas campo de estágio, os movimentos sociais, os comitês regionais, o poder público através do Estado e suas instituições.

Por fim, vale considerar que enquanto problemática emergente, a temática da Educação do Campo surgiu e, em alguns momentos, ainda tem sido abordada como tema marginal, com poucos investimentos e ações de políticas públicas nos sistemas de ensino e na área da investigação científica. Atualmente, ainda é acompanhada de muitos preconceitos e descrédito na sua relevância e contextualização em nível local, nacional e mundial. O futuro das escolas do campo e das escolas rurais parece não se constituir em um problema interno aos sistemas educativos, muito menos o perfil e a formação dos educadores que atuam nestas escolas. Neste sentido pensar e fazer são verbos que estão intrinsecamente ligados ao processo de formação e prática docente, através do diálogo entre as diferenças e do respeito às identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Zaia (org.).(2000). **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época).

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002**. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILLI, P. & SILVA, T. T da(org). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GENTILLI, Pablo (org). **Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, (Coleção Estudos Culturais da Educação), 1995.

LIBÂNEO, José Carlos **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 97), 2000.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SANTOS. Palestra sobre **Direitos Humanos ante os Desafios da Desigualdade Social e da Diversidade Cultural**, in Colóquio Internacional “Desafios aos Direitos Humanos e à Justiça Global: a Luta pela Igualdade e pelo reconhecimento da Diferença”. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Novembro, 2008.